

ALTERNATIVAS DE TRABALHO E RENDA NO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Sibelle Cornélio Diniz¹
Marcos Simão de Souza Júnior²
Roberto Luís de Melo Monte-Mór³

RESUMO:

O Vetor Norte da RMBH é caracterizado por um grande contingente de famílias em situação de precariedade. Embora a Região venha sendo alvo de uma série de investimentos por parte do Estado, acredita-se que as populações econômica e socialmente mais vulneráveis ali residentes dificilmente serão absorvidas diretamente por tais projetos. O presente artigo visa, portanto, discutir oportunidades de geração de trabalho e renda para a Região na Economia dos Setores Populares, considerando que o seu desenvolvimento será fundamental para evitar um processo mais agudo de expulsão da população e promover o maior grau possível de inclusão social e econômica.

PALAVRAS-CHAVE:

Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Economia Popular e Solidária; Economia dos Setores Populares

ÁREA TEMÁTICA: Economia Mineira

¹ Mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG.

² Bacharel em Economia pela FACE/UFMG.

³ Professor do Cedeplar/UFMG.

Alternativas de Trabalho e Renda no Vetor Norte da Região Metropolitana De Belo Horizonte

INTRODUÇÃO

O Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (VN-RMBH)¹ é caracterizado por um grande contingente de famílias em situação de precariedade. Embora a Região venha sendo alvo de uma série de projetos econômicos e de infra-estrutura por parte do Estado de Minas Gerais², acredita-se que as populações econômica e socialmente mais vulneráveis ali residentes dificilmente serão diretamente absorvidas por tais investimentos.

Por outro lado, a valorização da terra urbana, já em curso na maioria dos municípios da Região, deverá provocar um processo de expulsão de parcelas expressivas dessa população pobre, se alternativas econômicas e de inclusão social não forem criadas e/ou incentivadas pelos poderes públicos e pela iniciativa privada. Assim, ainda que processos de qualificação da mão de obra sejam fundamentais para viabilizar alguma integração dos trabalhadores mais qualificados e de maior nível de escolaridade ao processo econômico central que ali se inicia, a maioria da população só poderá se beneficiar do crescimento econômico que a Região deve experimentar nos próximos anos se alternativas outras forem apresentadas.

O presente artigo visa, portanto, caracterizar e identificar oportunidades de geração de trabalho e renda para a Região na Economia dos Setores Populares – Economia Popular e/ou Solidária –, considerando que o seu desenvolvimento e fortalecimento será fundamental para se evitar um processo mais agudo de expulsão da população hoje residente e promover o maior grau possível de inclusão social e econômica. Considerando que o crescimento da economia capitalista, e também da economia do setor público – particularmente com a implantação do novo Centro Administrativo de Minas Gerais – poderá criar oportunidades de comércio e serviços para a economia dos setores populares na Região, faz-se necessário uma ação muito efetiva de organização e envolvimento social dessa população local.

Para tanto, iniciamos com uma breve apresentação da base conceitual a respeito da economia dos setores populares, caracterizando sua crescente importância no contexto contemporâneo da economia urbana e regional e apresentando as principais vertentes de pensamento que informam a organização cooperativa solidária e as iniciativas puramente populares. Em seguida, é feita uma breve caracterização da região de estudo, em termos de trabalho e renda, a partir de dados do IBGE e do IPEA. São apresentados ainda dados sobre os estabelecimentos de caráter solidário na Região, contidos no Sistema de Informações de Economia Solidária – SIES, gerado pela Senaes/MTE. Por fim, busca-se identificar amplamente as ações públicas e privadas já existentes na Região e avaliar seu potencial de (re)organização e fortalecimento, referindo-se, inclusive, a demandas da população local expressas em processos participativos organizados pelo Estado.

1 A ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: UMA EXPLORAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

O mundo viu o mercado de trabalho sofrer profundas transformações a partir da crise do regime de acumulação fordista, quando o compromisso social entre capital e trabalho, viabilizado pelo

¹ O Vetor Norte da RMBH compõe-se da porção norte da Região Metropolitana, contendo os municípios de Baldim, Capim Branco, Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano. Devido à forte relação destes municípios com a capital, Belo Horizonte, com Sabará e com o Vetor Oeste, principalmente os municípios de Betim, Contagem e Esmeraldas, convém adicioná-los à análise realizada para o Vetor Norte propriamente dito. Sendo assim ao tratarmos do VN-RMBH, falamos de 16 municípios: os 11 acima citados, mais o centro metropolitano e o setor norte do município de Belo Horizonte e porções dos municípios de Sabará (ao longo do Contorno Viário Norte), Contagem e Betim (Vargem das Flores ao longo do Contorno Viário Norte) e Esmeraldas (parte situada na bacia do Ribeirão da Mata).

² Entre eles, a construção da Linha Verde, do RodoAnel, do Centro Administrativo de Minas Gerais e a expansão do Aeroporto Industrial de Confins, além de propostas de investimento privado em setores de alta tecnologia.

“Estado do Bem Estar” e que garantia uma progressão do salário real nos setores mais organizados da economia, dá lugar à proposta política neoliberal-conservadora, onde as negociações entre capital e trabalho passam a se dar diretamente entre as partes. Deriva daí o processo recorrentemente rotulado como flexibilização do salário e do emprego, que consiste no gradual desmoronamento das conquistas trabalhistas representadas pela norma salarial fordista e atestadas pelo Estado. Assim, caiu por terra a teoria keynesiana de *pleno emprego* e se iniciou o processo de desestabilização da condição social do emprego do pós-fordismo. A consequência mais imediata é o abandono da proposta gradativa de inclusão cada vez maior da força de trabalho com o crescimento da economia. Ao contrário, no novo contexto, crescer passa a significar reduzir postos de trabalho, ou precarizá-los através de sub-contratações e terceirizações para evitar as pressões trabalhistas.

Nos países subdesenvolvidos, onde o desemprego e o subemprego estrutural são parte de suas histórias e realidades contemporâneas, a economia informal e outras formas de organização do trabalho externas ao controle direto do capital sempre responderam pela reprodução efetiva de grande parte de suas populações. A exclusão estrutural do centro da economia capitalista então se agrava no novo contexto (neo)liberal mas, ao mesmo tempo, chama a atenção e até mesmo legitima essas novas velhas formas, redefinidas e revistas diante da desesperança de que a economia capitalista (inter)nacional possa responder às necessidades de geração de trabalho e renda para o conjunto da população.

No caso específico do Brasil, o mercado de trabalho passou por transformações, nas últimas décadas, semelhantes às observadas nos países desenvolvidos com o advento da produção flexível, ou pós-fordismo, guardadas as devidas proporções e peculiaridades. Grosso modo, o resultado pode ser visto na atual condição de precarização do trabalho, tanto assalariado como não-assalariado (visto a partir do aumento do desemprego estrutural e do veloz avanço da informalidade).

No caso brasileiro, a maior vulnerabilidade da economia submetida a ‘ajustes estruturais’, traduzidos em restrições fiscais, e o caráter incompleto de sua estrutura pública de proteção social, torna essa dualização do mercado de trabalho ainda mais aguda. É certo também que a precarização tende a ser mais intensa, não apenas atingindo assalariados (incluindo aí os qualificados), mas também implicando na multiplicação de formas não-assalariadas de trabalho (conta-própria, cooperativado, familiar e microempreendedor). Essas são desenvolvidas sem que estejam – e também porque não estão – suficiente ou minimamente reguladas (PINTO, 2006, p.24).

Em resposta a esse quadro, surgem “alternativas econômicas em nível local”, articuladas no âmbito da sociedade civil organizada e apoiadas ou não pelo poder público. Segundo Bertucci & Ferreira (2005), as ações desses movimentos sociais:

partem de uma perspectiva emancipatória dentro da própria população excluída e se articulam entre diversas camadas da sociedade, tendo apoio de organizações não governamentais e de governos comprometidos com as causas populares. Necessariamente, esses empreendimentos se fundamentam, seja por um planejamento consciente ou não, em atividades não-capitalistas de produção e reprodução (BERTUCCI & FERREIRA, 2005, p.11).

E, como o capitalismo se mostra incapaz de integrar à sociedade essa massa de excluídos, a busca por essas outras estratégias se amplia e se torna relevante dentro desse contexto.

Para orientar o trabalho proposto recorreremos à definição que Kraychete (2000) dá à “Economia dos Setores Populares”, convencionada como as formas de reprodução da vida não capitalistas assentadas no trabalho que:

possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

De outra maneira, essa economia “baseia-se na lógica da necessidade, expressando o reverso da lógica do capital, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho” (KRAYCHETE, 2000, p.35). As atividades que compõem essa economia se baseiam no trabalho realizado de forma

individual, familiar ou associativa³, que envolve um grande fluxo de troca de bens e serviços. O autor destaca ainda dois pontos importantes: para essa economia: nem o Estado nem o mercado fornecem as condições necessárias para a reprodução da vida das pessoas que nela estão incluídas; e a eficiência dessa economia não pode ser medida através do sucesso ou não de seus integrantes como pequenos empresários, e sim por sua capacidade de geração de trabalho e renda (KRAYCHETE, 2000).

Acerca disso, Quijano (2005) reconhece como as duas vertentes mais relevantes no debate das formas alternativas de produção ao capitalismo no contexto latino-americano a Economia Solidária e a Economia Popular. Para o autor, a solidariedade é elemento indispensável, mas longe de ser suficiente para que tais práticas sociais tenham vitalidade e viabilidade para se consolidarem como modos alternativos de produção. Outra questão se refere à observância conceitual de que, sob hipótese alguma, podemos confundir o caráter solidário da Economia Solidária com filantropia ou com as atividades do terceiro setor, já que “seus principais empreendimentos surgem da organização coletiva de trabalhadores excluídos do mercado, e da formação de empresas autogestionadas” (BERTUCCI, 2005, p. 42). E devemos também distinguir a Economia dos Setores Populares da economia informal. Barbosa (2007), apesar de identificar que a proliferação das cooperativas e do trabalho familiar passa, dentre outras coisas, pela informalidade (potencializada pela flexibilização nas relações de trabalho), adverte que muitas vezes a expressão Economia Solidária “costuma ser usada para designar quaisquer práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal” (BARBOSA, 2007, p. 96), o que não parece legítimo. A mesma observação faz Tiriba (2003) ao criticar a tipologia de Luis Razeto, que inclui em sua definição de Economia Popular determinadas atividades cuja racionalidade tem correspondência com a economia informal⁴. Segundo a autora, alguns trabalhadores:

desempenham atividades tanto da economia informal como da economia popular, no entanto, o fato de pertencer ou ser oriundo dos setores populares não confere ao trabalhador o status de ser um trabalhador da economia popular, assim é preciso diferenciar a racionalidade das diferentes formas de fazer a economia. Sem dúvida, a ‘ânsia de viver’ (Ibid) é um elemento de identidade dos setores populares, no entanto, por si só, não é suficiente para explicar a racionalidade da economia popular (TIRIBA, 2003, p. 40. Grifos da autora).

Por último, é importante sublinhar, mesmo que de forma breve, o eixo que norteia a relação entre a Economia Popular e a Economia Solidária. Podemos dizer até que este eixo aponta para duas direções, já que tal relação tem caráter dual: as divergências e as convergências existentes entre elas. Os pontos de convergência entre as duas abordagens têm mais peso dentro do debate e são mais flagrantes. Em primeiro lugar, como afirma o próprio Singer, tanto ele como Coraggio dirigem seus esforços “em pensar uma economia alternativa ao capitalismo” (SINGER, 2000, p. 147)⁵. Pinto (2006) corrobora essa afirmativa ao constatar a “preocupação sistêmica” desses autores (ele inclui também Jean-Louis Laville, teórico que orienta seus estudos sobre o tema para o contexto francês) “em antecipar a inserção da economia solidária em modelos de ordenamento social” (PINTO, 2006, p. 82). A terceira percepção é feita por Tiriba (2003) quando diz que tanto a Economia Popular como a Economia Solidária negam que o emprego da força de trabalho das pessoas seja uma mercadoria (ao contrário da economia informal). Por fim, Barbosa (2007) verifica que, num esforço de “normatizar” a questão, governos e entidades civis têm entendido a Economia Solidária “como uma modalidade específica de economia popular que reúne grupos em associações, cooperativas ou

3 Kraychete (2000) considera como modalidades de trabalho associativo todas aquelas “formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos etc” (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

4 Para uma melhor apreciação da contraposição entre Economia Popular e economia informal, ver Tiriba (2003). A autora lista no texto, em nota reservada para esse fim, as atividades que Razeto considera como de Economia Popular, donde é possível depreender a referida fusão que o autor faz entre tais conceitos.

5 Os estudos de Paul Singer sobre a Economia Solidária e os de José Luis Coraggio sobre a Economia Popular são considerados neste trabalho, como veremos adiante, os principais referenciais teóricos para cada temática.

pequenas empresas, baseadas na cooperação e na auto-gestão” (BARBOSA, 2007, p.96).

Partindo para o lado das contraposições, podemos citar Quijano (2005, p.491), que diz que, “diferentemente do que acontece na ‘economia solidária’, na ‘economia popular’, não se trata sempre, ou necessária e explicitamente, da auto-identificação ideológica e política dos seus agentes, nem da sua visão revolucionária do mundo”. Segundo o mesmo autor:

no caso das cooperativas, estão mais presentes as regras de mercado e do salário, e a reciprocidade opera desde o exterior das relações de trabalho, por decisão consciente dos seus membros ou, pelo menos, da minoria dirigente e consentida pela maioria. (...) Pelo contrário, no heterogêneo universo das denominadas “organizações econômicas populares” em muitas cidades latino-americanas, é a própria materialidade das relações econômicas o que requer, ou obriga, por assim dizer, à solidariedade (QUIJANO, 2005: p. 491).

Para Bertucci (2005), a Economia Popular se apresenta como um subsistema que se relaciona com o subsistema capitalista, enquanto a Economia Solidária é defendida enquanto uma forma não intersticial de superação do capitalismo. De maneira mais pontual e direta, Singer (2000) não aceita a Unidade Doméstica como a célula básica da Economia Popular, como Coraggio (2000) não acredita numa sociedade regida por um sistema cooperativista.

A economia popular, enquanto estratégia de sobrevivência e como garantia de assegurar a reprodução ampliada da vida, se desenvolve em torno dos setores populares (TIRIBA, 2003). Apesar de salientar que a economia popular não se configura como uma economia dos pobres, Tiriba (2003) reconhece que “no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital ela tem se apresentado, fortemente, como tal” (TIRIBA, 2003, p.49). Essa caracterização ganha força conforme entendemos que o esforço despendido pelas massas excluídas no sentido de garantir sua subsistência é destacado pelo fato de que “os seres empobrecidos não se relacionam na riqueza das suas qualidades, mas na pobreza e na homogeneidade das suas carências” (RAZETO, 1997, p. 94).

Segundo Coraggio (2000), a economia popular é um subsistema que se relaciona com os outros dois subsistemas da economia: a economia capitalista e a economia pública. A célula da economia popular são as unidades domésticas que dependem principalmente do exercício de seu trabalho para conseguir reproduzir-se biologicamente e culturalmente. A unidade doméstica, enquanto organização econômica característica da economia popular (fundada sobre relações de parentesco, de afinidade ou étnicas), organiza os recursos e as capacidades de seus membros para gerir a satisfação de suas necessidades, de maneira que seu objetivo último é a reprodução ampliada da vida de seus membros (CORAGGIO 2008). “Ampliada” significa que não tem um nível básico dado de necessidades que, uma vez alcançado, esgota o impulso da atividade econômica, sem que, para todos os efeitos práticos, haja uma busca de melhoria da qualidade de vida sem limites intrínsecos, em boa medida pela criação de valores e pela construção social das necessidades impulsionadas pela propaganda mercantil e pelos movimentos culturais da sociedade moderna (CORAGGIO, 1994). Em outras palavras, a reprodução ampliada implica uma melhora estrutural da qualidade de vida (CORAGGIO, 2000).

O recurso fundamental para que essas unidades domésticas alcancem a reprodução ampliada da vida é o fundo de trabalho. Coraggio (2000, p. 95) define o fundo de trabalho como “o conjunto de capacidades dos membros de cada unidade doméstica, pelo que estes são capazes seja de obter os produtos que satisfaçam as suas necessidades seja de trabalhar para consegui-los, quer diretamente, quer através do intercâmbio com outros trabalhos ou produtos”. E este fundo de trabalho se manifesta de várias formas: como trabalho mercantil, motivado pela necessidade de ter acesso monetariamente a meios de produção e a bens de consumo não produzidos na unidade doméstica, se agregam o trabalho doméstico mercantil (realizado no interior da unidade doméstica), o trabalho mercantil independente (realizado fora da unidade doméstica) e o trabalho assalariado; como trabalho de reprodução, dirigido a satisfazer de maneira imediata as necessidades dos membros da unidade doméstica, tem-se o trabalho doméstico de autoconsumo (orientado à produção/transformação de bens), os trabalhos domésticos de consumo solidário (que implicam

relações de reciprocidade com outras unidades domésticas) e o trabalho de aprendizagem (como reprodução da capacidade transgeracional do trabalho) (CORAGGIO, 1994). Ademais, as atividades econômicas (mercantis ou não mercantis) intra-economia popular têm peso importante dentro do total da economia urbana cumprindo, muitas vezes, um papel mais redistribuidor do que gerador de riquezas.

O principal recurso que os fluxos internos e externos de uma agregação de unidades domésticas urbanas dispõem para produzir e pôr em circulação uma considerável corrente de bens e serviços produzidos para o mercado, como o faz, é o capital humano. Mas esse capital humano não pode ser visto como um objeto externo – que se pode explorar como recurso produtivo, subordinando-o a uma lógica de acumulação – mas sim como uma peça inseparável da pessoa, da unidade doméstica e, por extensão, da comunidade e da sociedade, cujo desenvolvimento eficaz inclui de maneira imediata a melhoria da qualidade de vida de seus membros (CORAGGIO, 1994). E como esse é um subsistema econômico regido pela reprodução ampliada de seu capital humano (e pela acumulação do capital monetário), seu desenvolvimento – e sua contribuição ao desenvolvimento de outros setores da economia – dependerá da qualidade desse capital (CORAGGIO, 1994). Talvez ironicamente, este desenvolvimento está condicionado também à avaliação que a sociedade faz das capacidades de trabalho das unidades domésticas, de como o capital humano é valorizado (CORAGGIO, 2000).

Singer (2003) identifica na sociedade brasileira diversos modos de produção “que convivem e competem entre si” (SINGER, 2003, p. 13). O modo de produção dominante na economia (mas não no mercado de trabalho) é o capitalismo, marcado pela lógica da maximização do lucro, pela propriedade privada dos meios de produção e pela polarização do trabalho entre empregadores e empregados. Além do capitalismo, temos a pequena produção de mercadorias e a produção sem fins lucrativos (como hospitais, escolas, etc.), realizada pelo poder público ou pela sociedade civil. Por último, tem-se a associação de trabalhos em torno do capital em comum que possuem. Essa é a Economia Solidária.

O que estes modos de produção têm em comum é que todos geram trabalho e renda para seus participantes. O que os diferencia é a divisão de trabalho e a repartição de renda que adotam. O capitalismo tende a concentrar a propriedade do capital em empresas gigantescas e a renda na cúpula gerencial destas empresas e nos proprietários que aplicam seus valores no mercado financeiro. A pequena produção de mercadorias sem fim de lucro e a economia tendem, por razões óbvias, a desconcentrar a propriedade e a renda (SINGER, 2003, p. 13).

O expoente maior dessa corrente no Brasil (e, possivelmente, na América Latina) é o professor Paul Singer, atual secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Segundo Singer (1997, p. 13), a Economia Solidária, enquanto estratégia das massas excluídas do (pelo) capitalismo “aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar as bases de novas formas de organização da produção à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista”.

No seio da economia solidária aprofundou-se uma concepção de desenvolvimento socioeconômico que é ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente dinâmica, reorganizando os processos de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, superando a contradição entre capital e trabalho com base na autogestão dos trabalhadores e autodeterminação dos povos (MANCINI, s/d).

Para Bertucci (2005, p. 40), a Economia Solidária é “formada por diversas unidades que desenvolvem atividades econômicas e criam redes em expansão”, sendo constituída “por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição”. Formalmente, as unidades básicas são encontradas sob a forma de cooperativas, associações, etc., sem que haja distinção entre capital e trabalho, “sendo que tais empreendimentos se diferenciam tanto na sua forma de organização interna quanto no seu modo de

articulação com a sociedade, ou com a comunidade em que atuam” (BERTUCCI, 2005, p. 40).

Enquanto princípio que norteia a fundamentação da Economia Solidária, a autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo. Assim, a administração, a produção, seus meios e resultados pertencem a todos. Esse é um ponto que pode dificultar a prática autogestionária: além de se envolverem na produção, os trabalhadores devem se preocupar com questões gerais da empresa, concernentes a todos os indivíduos que se relacionam através dela. Quanto maior for o empreendimento, mais chances haverá de a prática autogestionária fracassar em função do desinteresse dos sócios em participar das decisões da empresa (SINGER, 2002). Não obstante, “a construção da economia solidária e da autogestão pressupõe necessariamente práticas solidárias e promotoras de autonomia em suas organizações” (VERARDO, 2003, p. 60).

A dita “reinvenção da economia solidária” se dá pelas oportunidades que surgem a partir das contradições (mas não exclusivamente) do capitalismo (PINTO, 2006), emergindo de dentro da sociedade a partir de movimentos em torno da emancipação dos setores populares. Assim, ela rompe com o fundamentalismo de mercado e afirma-se sem a tutela do Estado (LISBOA, 2003). Muito embora isso seja verdade, é importante que vislumbremos duas questões. A primeira delas é a de que “a sua lógica organizacional, seu ritmo produtivo e seu custo tendem a ser comandados de fora, pelo mercado” (BARBOSA, 2007, p. 118), em função da inexistência de uma cadeia produtiva própria e da fragilidade das redes de intercooperação frente à dinâmica concorrencial capitalista (BARBOSA, 2007). Nega-se, portanto, os valores do mercado capitalista, mas continua-se atrelado a ele. A segunda é de que a dependência do Estado é superada, mas seu apoio continua sendo imprescindível (SINGER, 2002; PINTO, 2006), assim como o de entidades da sociedade civil, como igrejas, sindicatos e universidades (SINGER, 2002). Segue-se então que, como promotoras do desenvolvimento solidário oriundas das comunidades pobres, as unidades econômicas solidárias:

“necessitam de apoio dos órgãos governamentais, dos bancos públicos, ONG’s, universidades e organizações autônomas de fomento para identificar e desenvolver suas potencialidades sócio-econômicas, étnicas e culturais. Um desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, requer alianças entre as organizações solidárias do campo e da cidade com os poderes públicos nas três esferas de governo” (SINGER, 2006, p. 11).

O que liga essas duas questões é a constatação de que o crescimento dos empreendimentos solidários não ocorre se os mesmos se isolarem em dinâmicas endógenas baseadas em relações de solidariedade entre produtores e consumidores frente à dominância do mercado (muito embora essas relações de solidariedade se imponham como peça fundamental para o sucesso dos empreendimentos) (PINTO, 2006).

Dessa análise deriva uma segunda constatação: a viabilidade e a eficiência como necessidades vitais para os empreendimentos solidários. É impossível pensar na satisfação dessas necessidades (inclusive em função do que exige o próprio mercado capitalista, em que tais empreendimentos se inserem), sem o devido apoio estatal. Mas o caráter de viabilidade nos empreendimentos solidários é diferente da viabilidade nas empresas capitalistas: “trata-se de pensar viabilidade no sentido de trazer resultados para todos que estão no empreendimento” (GAIGER, 2000, p. 180). Pensar a eficiência também nos obriga a fazer esse tipo de distinção, visto que o objetivo fim dos empreendimentos solidários não é a acumulação, como nos capitalistas (GAIGER, 2000); a riqueza para a Economia Solidária reside na disponibilidade dos bens e serviços necessários para a reprodução e sustentação da vida das pessoas, e não em sua valorização, como no capitalismo (PINTO, 2006). Tanto a viabilidade como a eficiência dependem, segundo Bertucci (2005), do nível de envolvimento dos atores sociais no empreendimento e, porque não dizer, na economia solidária propriamente dita. Por último, fazemos o seguinte questionamento: é possível para os empreendimentos solidários serem economicamente viáveis e eficientes? Gaiger (2000) diz que sim, sustentando que o solidarismo, a cooperação e a valorização do trabalho neles presentes

permitem que a contraposição entre social e econômico seja vencida. Mas Barbosa (2007) chama atenção para o fato de que a gestão democrática do empreendimento pode comprometer sua eficiência.

2 CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO E DA RENDA NO VETOR NORTE

2.1 O VETOR NORTE DA RMBH: FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS

A ocupação e o crescimento urbano no Vetor Norte da RMBH tiveram seu início com a expansão metropolitana que se esboçou em Belo Horizonte a partir dos anos 40, com a criação da Cidade Industrial no município de Betim (1941) e sua consolidação com a emancipação do município de Contagem, em 1948. A expansão urbana e a explosão demográfica que caracterizaram os anos 50 e 60 não se deram apenas em Contagem, mas em vários municípios do que viria a ser a RMBH. A partir de então, as ondas de expansão e adensamento metropolitano se alternaram e sucederam, tendo o Vetor Oeste e o Vetor Norte como suas direções principais, além do próprio município de Belo Horizonte.

Já no início dos anos 40, foram implantados a Avenida Antônio Carlos e o Complexo da Pampulha, na região Norte de Belo Horizonte. Essa primeira expansão, diferentemente daquela no sentido Oeste, onde o complexo industrial de Contagem (re)definiu o caráter industrial de Belo Horizonte (e de Minas Gerais), caracterizou-se por atividades culturais e de lazer acompanhadas de áreas residenciais ricas. Venda Nova, o único distrito do município de Belo Horizonte, apesar de localizado próximo à Pampulha, permaneceu à margem desse processo inicial de expansão urbana/metropolitana, que tampouco atingiu expressivamente os futuros municípios metropolitanos no sentido Norte, isto é, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, entre outros. Apenas Lagoa Santa, mantendo seu caráter de cidade pequena, mas já marcada pela presença da Base Aérea, firmava-se como área de lazer de alta renda de Belo Horizonte, com residências de luxo e classe média alta em volta da bela Lagoa.

A construção da rodovia para Brasília ao final dos anos 50 fortaleceu as ligações com o Vetor Norte, cortando Vespasiano, Pedro Leopoldo, Matozinhos e outros municípios (atual BR-424), criando condições para indústrias de bens intermediários (metalurgia e cimento, entre outras) e indústrias de alimentos, iniciando um processo pouco expressivo de expansão industrial naquela direção, com algum impacto em Santa Luzia. A crise econômica do início dos anos 60, que se estende até o 'milagre' no final da década, concentrou a expansão urbana na área conurbada a Oeste, principalmente no município de Contagem, que sofreu um boom imobiliário até o final dos anos 70 quando, apesar dos seus 100 mil habitantes, teve loteamentos urbanos aprovados capazes de abrigar outros 300 mil (Monte-Mór, 2005). Processo similar acontecia em Betim, seguido de Igarapé. Assim, começaram os primeiros contornos de um cenário no qual o Vetor Norte se manteria como o principal absorvedor da expansão habitacional da população pobre da região metropolitana.

O Plambel, autarquia responsável pelo planejamento urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte (extinta nos anos 80), elaborou diretrizes para controle de parcelamento, logo adotadas por municípios do Vetor Oeste, que sentiam mais fortemente as pressões do mercado de terras e da intensa migração para a RMBH. Tratava-se de limites colocados pelo planejamento urbano e metropolitano propostos para dificultar essa expansão de loteamentos populares e de baixo custo. Aproveitando-se disso, o Vetor Norte, particularmente Ribeirão das Neves, logo mostrou reunir condições ideais para esse crescimento urbano: novos loteamentos com investimentos urbanísticos baixíssimos ou inexistentes em áreas não urbanizadas, mas com localização privilegiada de acesso aos eixos rodoviários e novas áreas industriais, beneficiaram-se da permissividade urbana no município. Esses municípios foram dos últimos a adotarem as diretrizes do Plambel.

A expansão da malha urbana na RMBH se apoiou, até o final da década de 70, em loteamentos populares concentrados nas mãos de poucas empresas. No período 1975/79, apenas dez empresas foram responsáveis por 53% dos loteamentos na RMBH e 96% dos loteamentos em Ribeirão das

Neves, sua quase totalidade em condições extremamente precárias. Dos 103 loteamentos identificados, 96% não tinham pavimentação, 97% não tinham esgoto, 91% não tinham água encanada e 71% não tinham acesso a transporte coletivo. Entretanto, as condições de compra e financiamento, com até 60 prestações pré-fixadas, fortaleciam os sonhos de inserção metropolitana a partir da casa própria (Costa, 1994).

Nos anos 80 houve relativa retração dos loteamentos periféricos, aumentando a concentração urbana através do favelamento no interior de áreas já ocupadas, acompanhada do crescimento do setor serviços, fazendo com que municípios que tinham ainda alguma expressão agropecuária se transformassem em pequenos centros de serviços. Entretanto, dados os baixíssimos níveis de renda (e escolaridade) das populações periféricas e o aumento da mobilidade interna da RMBH, a concentração na metrópole se agravou, aumentando as diferenças internas. Atualmente, o hiato entre as regiões ricas de Belo Horizonte e os pobres municípios periféricos, particularmente no Vetor Norte, é impressionante, como poderá ser visto na análise a seguir.

De outra parte, a industrialização de base fordista, centrada nos bens de consumo durável, iniciou-se em 1970 com a implantação da FIAT, em Betim e consolidou o processo de metropolização no sentido Oeste, mas também com desdobramentos no Vetor Norte através da implantação de distritos industriais na região. Investimentos em indústrias ligadas a bens intermediários (cimento e siderurgia), como também de produtos nos setores metalúrgico e não-metalúrgico, além de produtos alimentares, entre outras, contribuíram para essa expansão, particularmente em Matozinhos, Pedro Leopoldo e Santa Luzia (Diniz, 1981; Monte-Mór, 1994).

O processo de industrialização que se implantou e se manteve de modo mais prolongado na RMBH até o final da década, estendendo em Minas Gerais o 'milagre econômico' até o início da década de 80 e superando parcialmente a crise econômica que se implantava a nível nacional não foi, todavia, acompanhado de investimentos no setor serviços que garantissem continuidade, suporte e sementes para a nova economia centrada no terciário que se avizinhava. Aumentou a concentração dos serviços em Belo Horizonte e fortaleceu a centralidade do município-sede, mas contribuiu para o enfraquecimento relativo dos demais municípios da Região Metropolitana.

De fato, a rápida e intensa expansão e modernização do setor serviços; as transformações recentes na base produtiva industrial; o enfraquecimento da participação do Estado nos investimentos econômicos; a concentração de renda e proletarianização de parte significativa das camadas médias (além do aumento do desemprego estrutural); e o crescimento das periferias urbanas com populações migrantes pobres exige áreas de mercado cada vez mais extensas para bens e serviços centrais. Conseqüentemente, os lugares centrais de nível hierárquico mais alto ficam mais rarefeitos, enquanto proliferam os lugares centrais de nível mais baixo. Assim, como em outros aspectos da economia e estrutura sócio-espacial urbana e metropolitana no Brasil, observa-se um duplo processo de concentração/centralização e de expansão/extensão, gerando centralidades cada vez mais marcadas e mais diferenciadas, acompanhadas de periferias com características similares e cada vez mais distantes.

Nos anos recentes, o Vetor Norte vem sendo alvo de uma série de investimentos por parte do Estado: a retomada da utilização, em 2004, do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins – ocioso desde sua inauguração no início da década de 1980 – pode ser tratada como o marco inicial desse processo. Tal medida tem como âncora a montagem da Linha Verde, um projeto de modernização do sistema viário que garanta acesso rápido e eficiente na ligação entre o aeroporto e o centro metropolitano.

Adicionalmente, tem sido planejado para a região outro vultoso investimento público: trata-se da construção do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais (CAMG) no bairro Serra Verde, localizado no extremo norte de Belo Horizonte.

Além desses, o setor privado tem proposto a montagem de grandes equipamentos metropolitanos na região para os próximos anos. Um deles é o Aeroporto-Indústria, projeto que implica a articulação multi-modal de transportes (de cargas, em particular, mas também com desdobramentos

em transportes de passageiros), estruturas de armazenamento, complexos industriais e de serviços avançados, enfim, toda uma estrutura sócio-espacial, institucional e econômica de modernização intensiva na região, articulando-se principalmente com alguns espaços periféricos, como os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins e parte de Santa Luzia.

Outros empreendimentos previstos para o Vetor Norte se destacam – o pólo de micro-eletrônica, o empreendimento Precon Park e os investimentos (ainda indefinidos) na Granja Werneck (região norte de Belo Horizonte) – e apontam para a intensificação da modernização através da garantia de um tipo de uso do solo intenso em tecnologia e articulado com o espaço e a economia globalizada.

De fato, o histórico do Vetor Norte da RMBH, bem como seu momento atual, não têm como um de seus alicerces a efetiva inclusão da população ali residente ao progresso econômico. Atualmente, o movimento em torno da atração de investimentos em alta tecnologia prevê o emprego de um grande número de profissionais de alta qualificação. Sendo assim, processos de qualificação da mão de obra parecem fundamentais para viabilizar a integração de parte dos trabalhadores ao momento econômico. Entretanto, a maioria da população só poderá se beneficiar do crescimento econômico que a Região deve experimentar nos próximos anos se alternativas forem apresentadas.

O crescimento da economia capitalista na Região, e também da economia do setor público – particularmente com a implantação do novo Centro Administrativo de Minas Gerais – poderá criar oportunidades de comércio e serviços para a economia dos setores populares no local. Entretanto, faz-se necessário uma ação efetiva de organização e envolvimento social da população local, para que o desenvolvimento e fortalecimento da Economia dos Setores Populares – Economia Popular e/ou Solidária –, de fato ocorra.

2.2 TRABALHO NA RMBH

Nesta seção, apresentamos alguns dados referentes ao trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a partir da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referentes aos anos 1997 e 2007.

A PNAD, realizada anualmente pelo IBGE, investiga aspectos como composição familiar, emprego, renda, escolaridade, entre outros, além de características dos domicílios. Constitui uma rica fonte de dados para os anos recentes no Brasil. Entretanto, não apresenta representatividade estatística no nível municipal; a máxima desagregação possível ocorre no nível metropolitano. Sendo assim, utilizamos os dados da RMBH como uma aproximação para a situação do VN, considerando que os 16 municípios que compõem a Região de estudo representam mais de 85% da população metropolitana. Ainda que as diferenças internas à RMBH sejam muito expressivas, os dados agregados nessa escala oferecem uma aproximação à realidade da Região de estudo que permite sua caracterização.

Segundo dados dessa pesquisa, residiam na RMBH em 1997, aproximadamente 192 mil trabalhadores desocupados. Em 2007, esse valor sobe para cerca de 250 mil. A parcela da população economicamente ativa não integrada ao mercado de trabalho cai modestamente, de 9,7 para 8,9%.

TABELA 1

Trabalhadores de 10 anos ou mais de idade, segundo condição de ocupação – RMBH

	1997	2007
Ocupados		
Número	1.784.799	2.575.850
% PEA	90,3	91,1
Desocupados		
Número	192.092	250.227
% PEA	9,7	8,9

Fonte dos dados básicos: IBGE – PNAD 1997 e 2007

Tanto em 1997 quanto em 2007, a porcentagem da PEA composta de trabalhadores desocupados na RMBH foi superior à porcentagem em Minas Gerais e no Brasil. Para Minas Gerais, esse valor foi de 6,4% em 1997 e 7,4% em 2007. Para o Brasil, o valor sobe de 7,8% para 8,2% no período

TABELA 2

Trabalhadores de 10 anos ou mais de idade, ocupados, segundo posição na ocupação (%) – RMBH

	1997	2007
Empregado com carteira de trabalho assinada	40.9	43.0
Militar	0.1	0.1
Funcionário público estatutário	6.5	5.6
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	14.7	14.8
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3.8	3.5
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	5.7	5.6
Conta própria	18.5	18.4
Empregador	4.1	4.6
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2.3	1.9
Trabalhador na construção para o próprio uso	1.0	0.4
Não-remunerado	2.4	2.1

Fonte dos dados básicos: IBGE – PNAD 1997 e 2007

O grau de informalidade da ocupação na RMBH era, no período, inferior à média do Brasil e de Minas Gerais. No entanto, esse nível manteve-se alto. Em 1997, os trabalhadores sem carteira assinada, conta própria e trabalhadores para o próprio consumo ou uso somavam 42,1% do total; em 2007, o valor cai para 41,1%⁶.

As tabelas 1 e 2 indicam que não houve grandes mudanças na composição da ocupação na RMBH nos anos recentes. O nível de desocupação manteve-se em cerca de 10% da população economicamente ativa, indicando alta parcela de trabalhadores não integrados ao mercado de trabalho. Entre os trabalhadores integrados a esse mercado, aproximadamente 40% viviam na informalidade, ou seja, sem direitos trabalhistas exigidos por lei.

Cerca de 20% dos trabalhadores atuavam como conta-própria ou trabalhavam para o próprio consumo. A atuação como conta-própria pode estar associada a formas de economia popular. Já parte dos quase 15% de trabalhadores sem carteira assinada pode estar ligada a empreendimentos de caráter solidário. No entanto, essa é uma informação ausente na PNAD.

A tabela 3 apresenta um perfil dos desocupados na RMBH em 2007. Na segunda coluna da tabela, verifica-se que a média de anos de estudo destes é relativamente alta: 8,4 anos. Este é um indicador de que a educação formal não representa garantia de entrada no mercado de trabalho para essa população. A média de idade é de 28,9 anos indicando que os desocupados são, em grande parte, jovens que acabam de ingressar no mercado de trabalho. Aproximadamente 29% dos declarados desocupados são estudantes.

TABELA 3

Características dos desocupados – RMBH, 2007

	Incluindo estudantes	Excluindo estudantes
Estudantes (%)	28.9	0.0
Anos de estudo – média	8.4	8.1
Idade – média	28.9	32.4
Homens (%)	40.4	38.8
Pretos e pardos (%)	65.5	66.7

⁶ Para o Brasil, verificou-se queda desse indicador no período: de 50,1 para 48,3%. Para Minas Gerais, a queda foi de 52,8 para 47,5%.

Chefes de família (%)	23.5	30.3
Tipo de família predominante	Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais (28,1%)	Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais (26,1%)

Fonte dos dados básicos: IBGE – PNAD 2007

No que tange ao gênero, a maioria dos desocupados são mulheres. A cor/raça predominante é a preta e a parda. 23,5% são chefes de família e o tipo de família predominante é aquele em que um casal com todos os filhos de 14 anos ou mais.

Na terceira coluna da tabela, são apresentados os indicadores apenas para os entrevistados que não se declararam estudantes. Notadamente, não se verificam grandes diferenças entre os indicadores das duas colunas. A idade média sobe 2,5 anos e o percentual de pretos e pardos cresce 1,2%. A porcentagem de chefes de família também cresce em quase 7%. O tipo de família predominante continuou sendo casais com todos os filhos com 14 anos ou mais,

Os dados da tabela 3 indicam que a desocupação na RMBH atinge predominantemente os jovens em fase de ingresso no mercado de trabalho, sobretudo mulheres e de cor preta ou parda. Esses dados indicam a dificuldade desses jovens, ainda que escolarizados, se integrarem às atuais condições de trabalho.

TABELA 4
Características dos ocupados – RMBH, 2007

Posição na ocupação	Anos de estudo – média	Idade – média	Homens - %	Pretos e pardos - %
Empregado com carteira de trabalho assinada	9.4	34.1	63.7	59.5
Militar	10.7	26.2	100.0	66.7
Funcionário público estatutário	12.2	43.1	40.0	48.3
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	8.9	31.4	60.8	58.3
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	6.0	38.2	9.0	75.2
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	5.6	39.8	6.0	74.8
Conta própria	7.4	42.1	58.1	59.5
Empregador	10.2	43.7	69.4	34.5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4.5	49.3	34.7	67.0
Trabalhador na construção para o próprio uso	5.2	43.7	68.0	56.0
Não-remunerado	7.4	34.3	32.6	59.7

Fonte dos dados básicos: IBGE – PNAD 2007

TABELA 5
Características dos ocupados – RMBH, 2007

Posição na ocupação	Chefes de família - %	Rendimento mensal do trabalho principal – média	Participação do rendimento na renda domiciliar total – média
Empregado com carteira de trabalho assinada	46.6	960.37	49.68
Militar	33.3	1198.92	44.37
Funcionário público estatutário	52.9	2270.71	52.35
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	31.5	686.31	36.81
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho	38.3	481.59	46.04

assinada			
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	44.5	319.73	34.30
Conta própria	53.1	921.04	43.16
Empregador	62.4	3142.70	54.49
Trabalhador na produção para o próprio consumo	39.7	0.00	0.00
Trabalhador na construção para o próprio uso	60.0	0.00	0.00
Não-remunerado	16.3	0.00	0.00

Fonte dos dados básicos: IBGE – PNAD 2007

Já as tabelas 4 e 5 apresentam um retrato dos trabalhadores da RMBH, mostrando características dos ocupados, segundo sua posição na ocupação. Três questões chamam a atenção quando se distinguem os trabalhadores formais dos informais. Em primeiro lugar, os trabalhadores informais apresentam menores níveis de escolaridade que os formais. Além disso, os informais são predominantemente pretos e pardos. Por fim, o rendimento dos trabalhadores informais é bastante inferior ao dos formais.

Os dados apresentados nesta seção indicam a importância de se levar em consideração, nas políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade, aquela população não integrada ao mercado de trabalho ou integrada de forma precária. Os dados indicam que, para a Região em estudo, essa população é composta basicamente por jovens, de cor preta ou parda, e do sexo feminino. Indicam ainda que essa população possui uma escolaridade média relativamente alta, o que indica que esse não é um fator preponderante na definição da participação no mercado de trabalho.

2.3 RELAÇÃO PIB PER CAPITA x RENDA PER CAPITA NOS MUNICÍPIOS

A análise da relação entre PIB *per capita* e renda *per capita* permite caracterizar os municípios segundo sua capacidade de apropriação local da riqueza gerada. Os dados limitam a análise a 2000, data do último Censo Demográfico.

As figuras 1 e 2 apresentam a razão entre o PIB *per capita* e a renda *per capita* nos municípios em estudo para os anos 1980 e 2000. Como se pode verificar, essa relação é alta em todos os municípios, indicando uma baixa apropriação, por parte dos residentes, do que é produzido localmente. Essa relação é intensificada nas cidades mais industrializadas.

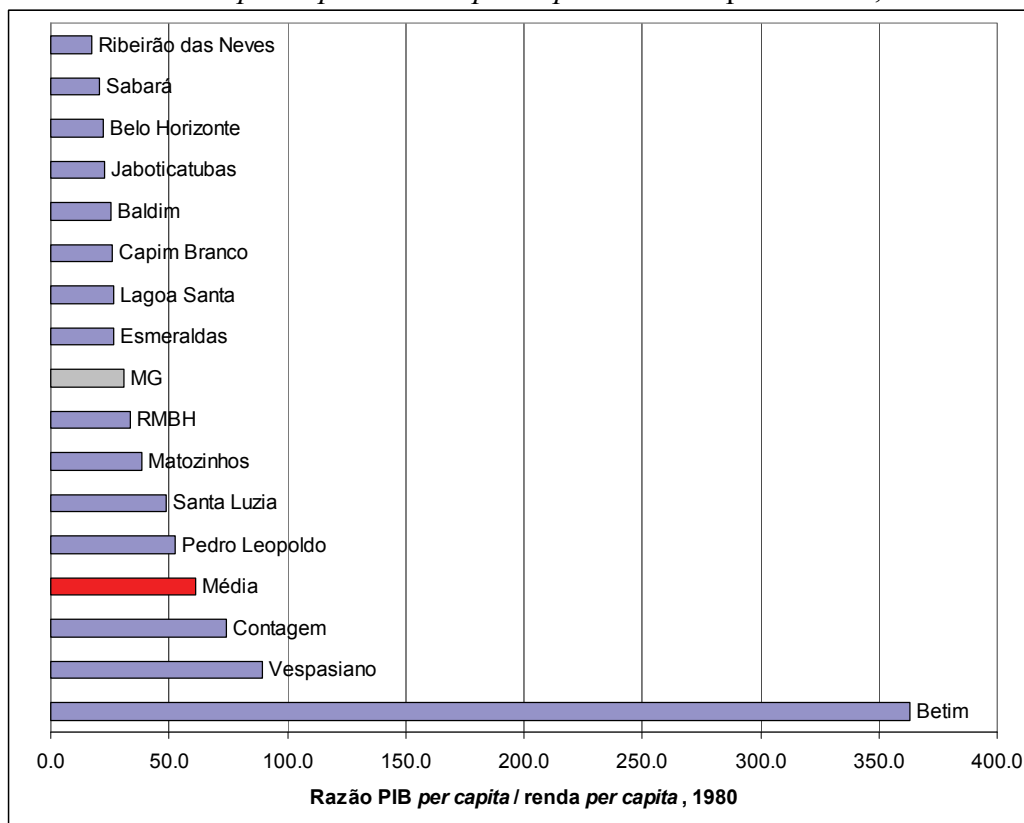
Em 1980, 6 municípios da Região encontravam-se acima da razão para Minas Gerais e para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, e três estavam acima da média da Região de estudo: Contagem, Vespasiano e Betim.

Entre 1980 e 2000, o quadro se modifica consideravelmente. Embora as razões PIB/renda *per capita* tenham se mantido altas, o valor reduziu-se no período para todos os municípios. Esse resultado indica uma relativa melhora da apropriação da riqueza local pelos residentes dos municípios. Tal fato ocorreu devido tanto a uma redução dos PIB's municipais quanto a uma melhoria da renda *per capita* nos municípios.

As maiores reduções ocorreram para os municípios de Betim, Santa Luzia, Contagem e Vespasiano. As menores reduções ocorreram em Sabará, Ribeirão das Neves e Matozinhos. Além disso, os municípios de Confins e São José da Lapa, cujos territórios pertenciam a outros municípios no ano de 1980, passam a aparecer entre as maiores razões.

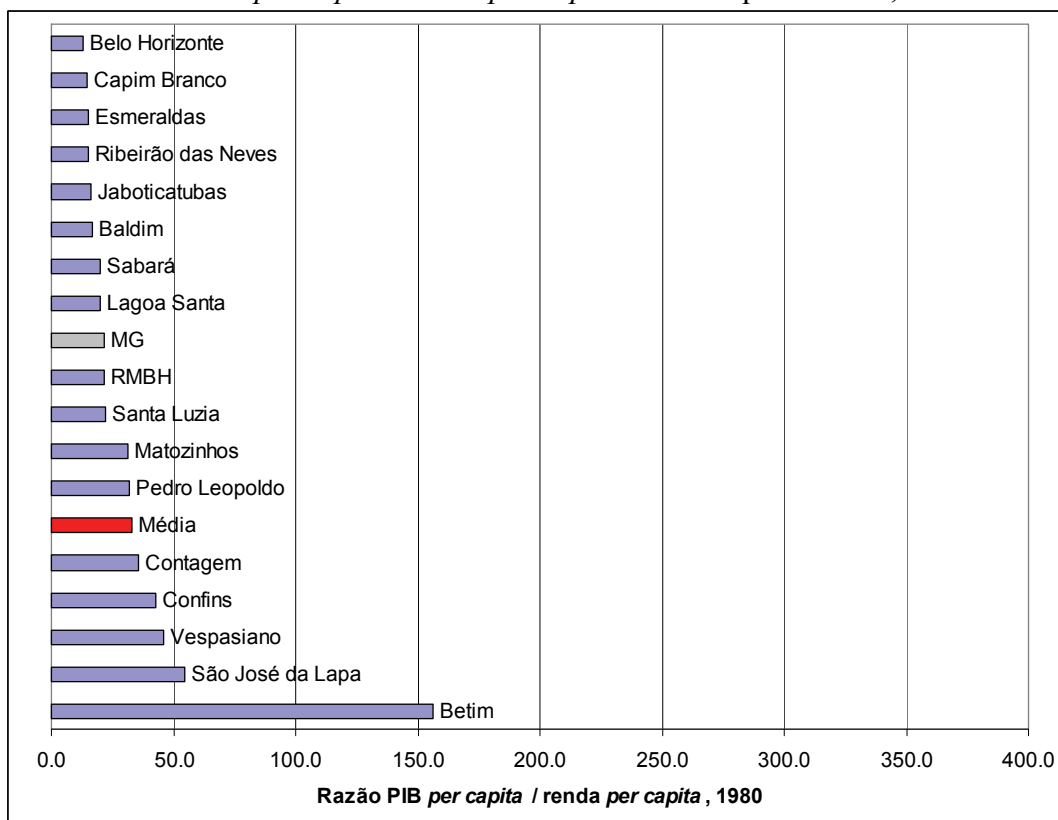
Apesar da redução significativa das razões calculadas, estas se mantêm extremamente altas. Em 2000, para 5 municípios da Região em estudo, o valor obtido foi superior à média: Contagem, Confins, Vespasiano, São José da Lapa e Betim. Já a capital do estado, Belo Horizonte, assume o lugar de menor relação PIB/renda *per capita*. Para 8 dos 16 municípios estudados, o valor obtido foi superior ao encontrado para Minas Gerais e a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

FIGURA 1
 Razão PIB *per capita* / renda *per capita* – municípios do VN, 1980



Fonte dos dados básicos: IBGE, via Ipeadata

FIGURA 2
 Razão PIB *per capita* / renda *per capita* – municípios do VN, 2000



2.4 SITUAÇÃO DE POBREZA

Aqui, realiza-se uma breve análise da situação de pobreza nos municípios do VN, a partir de dados do IBGE e do IPEA.

Segundo estimativa do IPEA, a Região em estudo abrigava, em 2004, cerca de 150000 famílias pobres. Para alguns municípios, como Baldim e Jaboticatubas, o percentual de famílias pobres estimado era superior a 20%. O menor percentual ocorria em Belo Horizonte, onde cerca de 10% da população era considerada pobre.

TABELA 6

Estimativa de famílias pobres – municípios do VN, 2007

Município	Famílias pobres – estimativa ⁷	Percentual de famílias pobres – estimativa ⁸
Baldim	730	30.88
Belo Horizonte	68504	9.94
Betim	14901	12.56
Capim Branco	417	16.65
Confins	225	13.85
Contagem	20371	11.71
Esmeraldas	3215	20.3
Jaboticatubas	1063	24.01
Lagoa Santa	1532	11.93
Matozinhos	1170	12.2
Pedro Leopoldo	2368	14.73
Ribeirão Das Neves	12747	13.56
Sabará	5259	15.24
Santa Luzia	8784	13.82
São José da Lapa	581	11.37
Vespasiano	3974	15.2
Total	145841	-

Fonte dos dados básicos: IBGE e IPEA, via Matriz de Informação Social.

Obs.: Linha de pobreza de R\$101,24 per capita, estimada a partir da metodologia desenvolvida pela comissão IBGE-IPEA-CEPAL para se definir uma cesta básica de alimentos que satisfaça os requisitos nutricionais em cada região brasileira.

A tabela 6 ilustra um quadro de elevada precariedade na região, no que diz respeito à pobreza. Alguns municípios em particular merecem destaque, como Baldim e Jaboticatubas, dado o elevado percentual de famílias pobres na população. De modo geral, a incidência da pobreza é elevada. Tal quadro, somado à situação de informalidade e desemprego já apresentadas e às dificuldades do setor formal de incorporar toda a mão-de-obra ociosa na Região, remete à importância da Economia Popular e Solidária como alternativa aos processos de exclusão vivenciados. Nas seções seguintes são apresentados um quadro geral da Economia Solidária na região e das iniciativas em curso para fomento dessas atividades.

3 EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO

Nesta seção, busca-se caracterizar a existência de empreendimentos de economia solidária na

⁷ IPEA 2004

⁸ Estimativa de pobres (IPEA 2004) em relação à população (Contagem 2007)

Região, a partir da base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES).

O SIES é uma tentativa da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e do Emprego (TEM) de mapear os empreendimentos econômicos solidários em todo o Brasil, bem como as entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária. Vem sendo elaborado anualmente, desde 2005.

Como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), o SIES agrupa “organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário” (site da Senaes/TEM). Já as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária seriam aquelas “organizações que realizam ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários” (site da Senaes/TEM).

A despeito do avanço representado pela pesquisa, no que diz respeito ao seu papel na disseminação das informações referentes à Economia Solidária no país, esta possui uma fraqueza que deve ser ressaltada: os empreendimentos entrevistados são aqueles autodeclarados na página do SIES na Internet. Sendo assim, a pesquisa pode apresentar um viés amostral, uma vez que os empreendimentos autodeclarados são aqueles com maior grau de informação e articulação. No entanto, por constituir a principal base de dados acessível a respeito da economia popular e solidária na Região, o SIES será utilizado como referência neste estudo.

Os dados do SIES referentes ao ano de 2007 indicam que existiam, na Região de estudo, cerca de 256 empreendimentos econômicos solidários. A tabela 7 indica o número de empreendimentos constantes na base de dados, por município de localização. Nota-se uma concentração desses empreendimentos em Belo Horizonte, seguidos de Contagem, Ribeirão das Neves e Sabará.

TABELA 7

Empreendimentos econômicos solidários na Região por município de localização

Município	Empreendimentos (número)
Belo Horizonte	160
Contagem	45
Ribeirão das neves	22
Sabará	19
Betim	6
Santa Luzia	2
Esmeraldas	1
Pedro Leopoldo	1
Total	256

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

Os dados indicam ainda que a grande maioria dos empreendimentos foi criada na última década: 190 empreendimentos ou 74,2% do total surgiram nesse período, contra 12,9% criados na década de 1990 e 4,7% na década de 1980. Esses dados indicam um forte crescimento da economia solidária da Região nos anos recentes, e apontam para a necessidade de se investigar os motivos dessa ascensão, sobretudo em termos institucionais.

Outra característica preponderante dos empreendimentos solidários é o alto grau de informalidade. A tabela 8 mostra que mais de 85% dos empreendimentos se caracterizou como “Grupo informal”. Além disso, apenas 11% do total possuíam CNPJ. Esses dados indicam a dificuldade dessa economia de se inserir no mercado de trabalho formal; ela parece ser bastante caracterizada, primordialmente, como parte do setor informal da economia.

TABELA 8

Empreendimentos econômicos solidários na Região por forma de organização

Forma de organização	Empreendimentos	Empreendimentos
----------------------	-----------------	-----------------

	(número)	(%)
Grupo informal	219	85.5
Associação	23	9.0
Cooperativa	13	5.1
Sociedade mercantil de capital e indústria	1	0.4

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

A maior parte dos empreendimentos entrevistados (128 ou 50%) declarou que o principal motivo de criação foi a possibilidade de uma alternativa ao desemprego. Já 70 empreendimentos (27,3%) declararam que o empreendimento trazia uma fonte de renda extra aos associados (tabela 9).

TABELA 9

Empreendimentos econômicos solidários na Região por motivo de criação

Motivo de criação dos empreendimentos	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Uma alternativa ao desemprego	128	50.0
Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	70	27.3
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	13	5.1
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	13	5.1
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	12	4.7
Motivação social, filantrópica ou religiosa	10	3.9
Outro	9	3.5
Alternativa organizativa e de qualificação	1	0.4

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

Outra característica dos empreendimentos da Região é o pequeno número de membros: 74,6% possuíam até 10 membros, enquanto apenas 3,1% possuíam mais de 50 membros.

Os dados apresentados até aqui indicam um padrão de pequenos empreendimentos na Região, compostos basicamente por desempregados que vêm na organização solidária uma forma de sustento. Mostram ainda que a maior parte desses empreendimentos surgiu nos anos recentes, o que indica o recente surgimento da economia solidária como alternativa efetiva ao mercado de trabalho formal na Região.

A tabela 10 apresenta os principais bens produzidos pelos empreendimentos. Como se pode observar, a maior parte das organizações se dedica a produtos de vestuário e ao artesanato. Alguns empreendimentos fabricam produtos alimentícios.

TABELA 10

Bens mais produzidos pelos empreendimentos

Bens produzidos	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Confecções	59	23.0
Bolsas diversas	47	18.4
Bijuterias	43	16.8
Artigos de cama, mesa e banho	34	13.3
Artesanato	20	7.8
Pano de prato	18	7.0
Salgados	12	4.7
Bonecas	11	4.3
Doces	11	4.3
Tapetes	11	4.3
Almofadas	8	3.1

Caixa decorativa	8	3.1
Flores ornamentais	7	2.7
Colchas e cobertores	6	2.3
Roupas íntimas	6	2.3
Arranjos artesanais	5	2.0
Cartões	5	2.0
Cestos diversos	4	1.6
Ovos	4	1.6
Papéis em geral	4	1.6
Sabonete	4	1.6
Sucos de frutas	4	1.6
Uniformes	4	1.6
Anéis	3	1.2
Biscuit	3	1.2
Banana	2	0.8
Bolo	2	0.8
Bordados	2	0.8
Cachecol	2	0.8
Geléias e compotas	2	0.8
Licor	2	0.8
Queijos	2	0.8
Alface	1	0.4
Arranjos artesanais	1	0.4
Artefatos de cerâmica	1	0.4
Brinquedos	1	0.4
Chinelos	1	0.4
Churrasquinho	1	0.4
Couve	1	0.4
Crochê	1	0.4
Flores naturais	1	0.4
Luminárias	1	0.4
Oratório	1	0.4
Quiabo	1	0.4
Refeições	1	0.4
Rendas (artesanato)	1	0.4
Sacos papel kraft	1	0.4
Salgadinhos	1	0.4
Sandálias	1	0.4
Tábua para passar roupa	1	0.4
Vasos artesanais	1	0.4
Violetas em meia fina	1	0.4

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

A maior parte dos empreendimentos se articula principalmente em nível local, comercializando seus produtos no comércio local ou municipal, como mostra a tabela 11. No entanto, alguns grupos declararam articulação estadual, nacional e mesmo internacional.

TABELA 11
Destino principal dos produtos dos empreendimentos

Destino principal dos produtos	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Comércio local ou comunitário	161	62.9
Mercado/comércio municipal	65	25.4
Mercado/comércio micro-regional	15	5.9
Mercado/comércio estadual	11	4.3

Exportação para outros países	9	3.5
Mercado/comércio nacional	7	2.7

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

Além disso, as feiras livres são o principal espaço de comercialização dos produtos. Em seguida, estariam a entrega direta aos clientes e as lojas/espços próprios (tabela 12).

TABELA 12

Principais espaços de comercialização de produtos dos empreendimentos

Principais espaços de comercialização de produtos	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Feiras livres	107	41.8
Entrega direta a clientes	71	27.7
Lojas ou espaços próprios	42	16.4
Feiras e exposições eventuais/especiais	19	7.4
Espços de venda coletivos (centrais de comercialização)	11	4.3
Outro.	9	3.5

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

No que toca à articulação com órgãos de fomento à Economia Solidária, 68,4% declararam participar de alguma rede ou forma de articulação. 52% declararam integrar o Fórum de Economia Solidária vinculado à Senaes (MTE).

Já as tabelas 13 e 14 indicam o baixo grau de articulação entre os empreendimentos, no que tange à cadeia produtiva. Apenas 8 (3,1%) dos empreendimentos declararam adquirir suas matérias-primas de outros empreendimentos de economia solidária, enquanto 197 (77%) adquirem seus produtos de empresas privadas. Além disso, somente apenas 16 empreendimentos trocavam seus produtos com outros empreendimentos solidários, enquanto 4 vendiam a outros empreendimentos desse tipo. Tal quadro remete à importância de fortalecimento da articulação entre os empreendimentos de economia solidária na Região.

TABELA 13

Origem das matérias-primas ou insumos utilizados pelos empreendimentos

Origem das matérias-primas ou insumos	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Aquisição de empresa privada	197	77.0
Doação	24	9.4
Coleta (materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato)	15	5.9
Aquisição de outros empreendimentos de ES	8	3.1
Aquisição de produtores(as) não sócio(as)	5	2.0
Associados(as)	4	1.6
Outra	3	1.2

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

TABELA 14

Formas de comercialização dos produtos dos empreendimentos

Formas de comercialização dos produtos	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Venda direta ao consumidor	234	91.4
Venda a revendedores/atacadistas	23	9.0
Outra	17	6.6
Troca com outros empreendimentos solidários	16	6.3
Venda a órgão governamental	4	1.6
Venda a outros empreendimentos de ES	4	1.6

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

Ao se avaliar a remuneração média mensal dos sócios, percebe-se que a maior parte dos EES (70,3%) pagam até 1 salário mínimo/mês aos seus participantes. Além disso, 13,7% declararam não conseguir remunerar os sócios (tabela 15). Esses são indicadores das dificuldades vivenciadas pelos empreendimentos no que tange à viabilidade do negócio. Algumas das dificuldades apontadas pelos entrevistados estão ligadas à obtenção de crédito e de clientes e à manutenção de capital de giro, entre outros.

TABELA 15
Remuneração média mensal dos sócios

Remuneração média mensal dos sócios	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Até ½ salário mínimo	95	37.1
½ a 1 salário mínimo	85	33.2
1 a 2 salários mínimos	15	5.9
2 a 5 salários mínimos	2	0.8
Não conseguem remunerar	35	13.7
Não informaram remuneração	23	8.9

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

A maior parte dos empreendimentos declarou ter recebido algum tipo de apoio em sua constituição ou manutenção. O principal tipo de apoio recebido foi a qualificação (88 empreendimentos ou 34,4% do total). Além disso, diversos órgãos parecem fornecer apoio a essas instituições. Esse quadro revela um aparato institucional favorável ao fortalecimento da economia solidária na Região. No entanto, como visto nas tabelas anteriores, esse aparato não se consolidou num alto grau de articulação entre os EES e nem na sustentabilidade financeira.

TABELA 16
Principais tipos e entidades de apoio aos empreendimentos

Tipo de apoio recebido	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Qualificação profissional, técnica, gerencial	88	34.4
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	37	14.5
Assistência técnica e/ou gerencial	27	10.5
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	15	5.9
Outro	8	3.1
Assessoria na constituição, formalização ou registro	7	2.7
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	7	2.7
Assistência jurídica	3	1.2
Órgão fornecedor do apoio		
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc.	100	39.1
Órgãos governamentais	94	36.7
Sistema "S" (□TTP□m, SESCOOP, etc)	29	11.3
Universidades, incubadoras, Unitrabalho	25	9.8
Outro	24	9.4
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação)	4	1.6
Cooperativas de técnicos(as)	2	0.8

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

Por fim, constata-se uma relativa preocupação dos empreendimentos com os problemas sociais da Região. 120 (ou 47%) dos EES declararam realizar ou participar de alguma ação social ou comunitária. Já 206 (80,5%) empreendem alguma iniciativa visando à qualidade de vida dos consumidores de seus produtos, como mostra a tabela 17.

TABELA 17

Iniciativas dos empreendimentos visando à qualidade de vida dos consumidores

Iniciativa	Empreendimentos (número)	Empreendimentos (%)
Preços dos produtos e/ou serviços facilita o acesso aos consumidores	135	52.7
Qualificação e qualidade do produto e/ou serviço	91	35.5
Informações dos produtos e/ou serviços aos consumidores	88	34.4
Incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo	69	27.0
Outra	23	9.0
Oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos	20	7.8

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

4 POLÍTICAS E INSTITUCIONALIDADES VOLTADAS À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA REGIÃO

Em Minas Gerais, as políticas e instituições voltadas à Economia Popular e Solidária são ligadas ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES surgiu a partir das discussões promovidas durante o I Fórum Social Mundial (I FSM) em 2001. A partir de então, o FBES passou a ser responsável pela articulação e condução das diretrizes do movimento e pela promoção do processo de mobilização das bases da Economia Solidária. A unificação do discurso, a institucionalização das propostas, a articulação com o poder público, a divulgação, as feiras e os debates promovidos por meio de Plenárias e Conferências centralizam as ações do FBES até hoje. Ao longo dos anos, foram criados fóruns estaduais e regionais.

O Fórum de Economia Popular e Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FEPS/RMBH) é um braço do Fórum Mineiro de Economia Popular e Solidária (FMEPS), ligado ao FBES. No país, a expressão mais usada é Economia Solidária; o termo “Popular” está subentendido pela Carta de Princípios. No caso do FEPS/RMBH esse termo permaneceu, visto que em Minas as pessoas se referem ao movimento dessa maneira.

Os encontros e reuniões são geralmente promovidos no Centro Público de Economia Solidária, espaço que conta com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, localizado no prédio ao lado da Praça da Estação. Atualmente o Fórum Metropolitano está se articulando para alcançar alguns objetivos que vão desde a constituição de uma plataforma de assessoramento aos empreendimentos para que estes se tornem mais independentes e auto-sustentáveis, até a constituição de redes de empreendimentos do mesmo ramo e a aprovação do marco legal no município de Belo Horizonte, visando, inclusive, a conquista de um espaço permanente para a comercialização dos produtos dos empreendimentos solidários. Para isso foram criados Grupos de Trabalho que são compostos por pessoas, empreendimentos e por integrantes da coordenação do Centro Público.

A SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego foi criada em 2003 e passou a ter dotação orçamentária própria a partir de meados de 2004 para coordenar, em âmbito federal, os programas e políticas públicas de fomento e apoio à economia solidária em todo o país, de maneira consoante aos objetivos do governo federal de geração de trabalho e renda, redução das desigualdades sociais e redução da fome e da pobreza.

As ações da SENAES possuem várias vertentes, que, a partir do emprego de seus recursos, já cedeu seu apoio a algumas prefeituras para construir Centros de Referência de Economia Solidária, ao próprio movimento para realização de seminários, cursos, feiras, fóruns estaduais, redes de empreendimentos, etc. O trabalho da SENAES até os dias de hoje incluiu também a elaboração do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), que já realizou duas amplas pesquisas, uma em 2005 e outra em 2007, traçando um mapa da economia solidária no Brasil. Além disso, foi criado o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que fomenta e promove a Economia Solidária em seus diversos aspectos, desde a assistência aos empreendimentos solidários e apoio aos agentes de desenvolvimento solidário, passando pela formação de educadores e gestores e fomento às incubadoras, até a elaboração de estratégias financeiras, a criação do marco legal e a recuperação de empresas por trabalhadores em autogestão, dentre outras coisas. Por fim, a SENAES foi responsável também pela realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006, que estabeleceu um marco na interlocução da sociedade civil com o governo.

Em Minas Gerais, o governo estadual atua segundo as diretrizes editadas pela Lei 15028 de 2004, que trata da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária. As políticas públicas estaduais partem, portanto, da Diretoria de Promoção do Associativismo da SEDESE (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social). As ações se concentram no apoio às Feiras Regionais, que mobilizam toda a cadeia de economia solidária do Estado, além de da promoção qualificação profissional para grupos produtivos ou em processo de formação.

A Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária reúne as pessoas responsáveis pelas políticas públicas de economia solidária das Prefeituras, Governos Estaduais e do Governo Federal. Seu papel é o de ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

O SEBRAE, dentro das atribuições que lhe cabem, também integra essa rede institucional que envolve a Economia Solidária no Brasil. O suporte em nível de consultoria que é dado aos microempreendedores e o auxílio dado às comunidades para identificarem suas vocações e explorarem da melhor maneira suas ocupações produtivas que mais geram renda constituem a base de suas ações, que pode ser exemplificada pelo programa de incentivo do Comércio Justo e Solidário da instituição.

Além do aparato institucional brevemente descrito acima, a Economia Solidária é movimentada no país também por entidades que compõem sua militância e que partem de diversas instâncias da sociedade civil, como sindicatos, movimentos sociais, instituições religiosas e universidades, sendo que algumas delas participaram em momentos e níveis diferentes do GT-Brasileiro. Podemos citar: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL); Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES); Instituto Marista de Solidariedade (IMS); etc.

5 AÇÕES PROPOSTAS PARA A REGIÃO EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Esta seção apresenta alguns resultados do processo participativo realizado com as populações dos municípios do VN, no âmbito do projeto “Estratégia de Desenvolvimento da Cidade, como foco na redução da desigualdade social e da pobreza, para o Vetor Norte da RMBH”, realizado pela UFMG e pelo IPPUR/UFRJ, sob contratação da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana do Estado de Minas Gerais– Sedru.

Tal processo participativo ocorreu a partir de oficinas com as populações, onde foram discutidas algumas temáticas, entre elas, a de “Geração de trabalho e renda”. Foram discutidos, no processo, as principais tendências futuras da Região, bem como ações possíveis de serem implementadas a fim de mitigar futuros problemas/dificuldades.

Durante todo o processo participativo, ficou clara a expectativa, por parte da população, de que os novos investimentos na Região possam trazer oportunidades de geração de trabalho e renda para a população local. Entretanto, houve também um consenso sobre a insuficiência de esforços do poder público direcionados à inserção da população local no processo de desenvolvimento da região.

As principais ações propostas por representantes do poder público, privado e da sociedade civil, expressas durante as oficinas podem ser organizadas em três grandes eixos: 1) Capacitação da mão de obra para empregos diretos e indiretos a serem gerados pelos novos investimentos na Região; 2) Apoio e fortalecimento de formas coletivas de produção e de microempreendedores locais; 3) Foco no desenvolvimento local e nas demandas geradas localmente, tendo em vista as potencialidades municipais.

Enquanto o terceiro eixo encontra-se presente em praticamente todas as propostas, é possível apresentá-las a partir dos dois primeiros. No campo da capacitação, foram propostas ações no seguinte sentido:

- Contratação de diagnósticos para identificar novas demandas por capacitação e as ações necessárias para realizá-la;
- Implantação de formação profissionalizante em escola técnica e/ou nos cursos regulares de 2º grau, com capacitação voltada para as características da região: atividades agrícolas, turismo, construção civil, indústrias;
- Estímulo a um uso mais abrangente e diversificado dos recursos do FAT para capacitação por outras instituições (sindicatos, associações, etc.) além do "Sistema S" (SEBRAE, SENAI, etc.);
- Criar programas para apoio, assessoria e formação de pessoal técnico em cooperação com as universidades federais;
- Implantar e/ou garantir o acesso à escola de nível superior (CEFET ou outra unidade de ensino superior);
- Fortalecer cursos de capacitação voltados a públicos específicos: jovens (inserção no mercado de trabalho), mulheres e trabalhadores em idade avançada (atualização profissional);
- Financiar cursos de capacitação profissional dentro dos presídios em Ribeirão das Neves;
- Repensar a dinâmica da educação básica formal para melhor inserção dos jovens no mercado de trabalho.

No que se relaciona a formas associativas de produção, foram citados:

- Financiamento de programas de formação / fortalecimento de cooperativas e outras formas associativas para agregação local de valor. Exemplos: construção civil, reciclagem de resíduos, atividades agrícolas, produção de doces, álcool e cachaça, energia limpa, transportes, etc.;
- Fortalecimento de programas de microcrédito associados a programas de capacitação técnica e apoio à formação de cooperativas e de redes de comercialização;
- Definição de incentivos à agricultura familiar (ensino rural, financiamento, comercialização, acesso ao PRONAF e outros programas federais);
- Criação de programas de incentivo à agricultura urbana e periurbana sem agrotóxicos com fiscalização dos órgãos de gestão ambiental e urbanística;
- Implantação de ICMS solidário para geração de oportunidades de renda e de acesso ao trabalho;
- Implantação de locais fixos e feiras de comercialização dos produtos oriundos de grupos de economia popular e solidária, inclusive transformando-as em espaços de lazer e turismo;

- Implantação, preferencialmente na forma de consórcio municipal / metropolitano, de sistema de gestão de resíduos sólidos – inclusive coleta seletiva e reciclagem de lixo, coleta e reciclagem de resíduos da construção civil e destinação final;
- Criação de equipamentos culturais, esportivos e de lazer, aproveitando as potencialidades locais;
- Incentivar a participação do terceiro setor na execução de políticas públicas e absorção de parte da mão-de-obra;
- Fortalecer e revitalizar as centralidades locais, o que viabilizaria inclusive a comercialização de produtos de economia popular e solidária;
- Fortalecer o papel do poder público, utilizando-se de seu poder de compra, no estímulo a formas produtivas coletivas, via, por exemplo, licitações específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a traçar o perfil do VN-RMBH acerca de suas condições atuais e das possibilidades de geração de trabalho e renda para populações mais fragilizadas na Região.

De modo geral, percebe-se a insuficiência de esforços por parte das iniciativas pública e privada que visem uma efetiva integração da população local ao processo de desenvolvimento econômico no local. Entendemos que a Economia dos Setores Populares deve ser alvo de intervenção, como potencial alternativa para a solução dos problemas apresentados. Sendo assim, atuar em termos de qualificação, apoiando formas associativas e exploração de potenciais locais podem se tornar atalhos para a geração de trabalho e renda e para o desenvolvimento econômico para a região.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rosângela N. C. **A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BERTUCCI, Jonas de O. **A Economia Solidária do Pensamento Utópico ao Contexto Atual: Um Estudo Sobre Experiências em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2005. Dissertação (Mestrado em Economia), Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.
- BERTUCCI, Jonas de O.; FERREIRA, Cândido G. **A Economia Popular Solidária em Belo Horizonte**. 2005. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20255.pdf>. Acesso em 26/05/2008.
- CORAGGIO, José Luis. **Economia Urbana: La Perspectiva Popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994.
- CORAGGIO, José Luís. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Petrópolis: Vozes, 2000, p. 91-133.
- CORAGGIO, José Luís. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? **Proposta**, ano 30, n. 98, setembro/ novembro, 2008, p. 12-20.
- COSTA, Heloisa S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto L.M. (Coord.) Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: PBH: CEDEPLAR, 1994.
- DINIZ, Clélio C. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/ Proed, 1981.
- FBES, site. Disponível em <□TTP://www.fbes.org.br/>. Acesso em 15/04/2009.
- GAIGER, Luis Inácio. Sentidos e Possibilidades da Economia Solidária Hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Petrópolis:

Vozes, 2000, p. 167-190.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 15-38.

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária: incubando uma outra sociedade. **Proposta**, ano 30, n.97, junho/ agosto, 2003, p.50-58.

MANCE, Euclides. **Políticas públicas para o desenvolvimento econômico-solidário do Brasil**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Conferencia/textoeuclidesmance.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2008.

MONTE-MÓR, Roberto L.M. **Repensando a Cidade e o Urbano**. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR. 2005. (Módulo 1 do Relatório de Pesquisa do Projeto Contagem no Novo Século)

MONTE-MÓR, Roberto L. M.; PEREIRA, Fernando B.; SOUZA, Julio C. A Reestruturação Urbana e Metropolitana no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **XII Encontro Nacional da ANPUR**. Belém, PA. Maio de 2007.

MTE, site. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em 11/04/2009.

PINTO, João R. L. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas Alternativos de Produção? Tradução de Manuel de Pino. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 475-514.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, ano 26, n.75, dezembro/ fevereiro, 1997/1998, p. 91-99.

SINGER, Paul. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**, ano 26, n. 72, março/ maio, 1997, p. 6-13.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Petrópolis: Vozes (2000), p. 143-162.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. **Proposta**, ano 30, n. 97, julho/ agosto, 2003, p. 12-16.

SINGER, Paul. **Introdução**. Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. In: Conferência Nacional de Economia Solidária, I, 2006, Brasília. Anais.... Brasília: TEM, 2006.

TIRIBA, Lia. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Proposta**, ano 30, n. 97, junho/ agosto 2003, p. 38-49.

VERARDO, Luigi. Economia solidária e /autogestão. **Proposta**, ano 30, n. 98, setembro/novembro, 2003, p.56-61.